

## **INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS E CONCEITUAIS (TCC)**

**JÚLIA MARIA SILVA FERREIRA**

Graduanda, discente UEG/CCSEH - Goiás

**Ivana Alves Monnerat de Azevedo**

Mestre, Professora UEG/CCSEH - Goiás

**Resumo:** O presente estudo, em andamento trata da busca de informações acerca da importância dos atos de cuidar e de educar que, certamente se encontram associados à proposta pedagógica, ao conteúdo programático e às atividades cotidianas da educação infantil. Nesse sentido, o texto a seguir, aborda aspectos teóricos e análise em documentos legais vigentes referentes à Infância e a Educação Infantil, as percepções segundo as concepções de John Locke e Jean Piaget, enfatizando a influência desses processos no ensino e na aprendizagem infantil que ao longo da pesquisa será apresentado durante a pesquisa que serão coletadas informações, com vista à identificação das concepções e as práticas pedagógicas cotidianas de docentes, com ênfase na coleta de informações acerca das concepções de cuidar e de educar e como esses processos são planejados e realizados.

**Palavras-chave:** Infância. Desenvolvimento Infantil. Educação Infantil. Aprendizagem.

### **Introdução**

As concepções de infância e de educação infantil serão destacadas no texto a seguir, com o intuito de enfatizar a forma de como a criança é vista socialmente, ao longo da história da humanidade, as suas características e o seu processo cultural.

Nessa perspectiva serão abordadas concepções de alguns teóricos relativos à infância e a educação infantil, bem como o processo de desenvolvimento psicossocial e cognitivo da criança, segundo as concepções de John Locke e Jean Piaget, enfatizando a influência desses processos no ensino e na aprendizagem infantil.

### **Referencial Teórico**

A infância tem sofrido um processo análogo de ocultação, ao longo dos séculos. Segundo Sarmento (2007), historicamente a criança é vista socialmente como um “conjunto de sistemas estruturados de crenças, teorias e ideias”. (p. 26), ocultando a realidade social e cultural das crianças na complexidade de sua existência.

Na antiguidade, o espaço da educação infantil era visto como uma assistência para a criança que não tinha um lugar para ficar enquanto os pais trabalhavam. Por volta do século

XVI, a criança era vista como um adulto em miniatura, não existia o direito a infância para a criança, apesar de que a criança sempre existiu, mas nem sempre o direito a infância.

Na Idade Moderna é constatada a ausência da consciência da concepção de infância, e neste mesmo período acontece um processo de análise da infância como um tempo designado à vida adulta, que construía o meio social da criança.

O estudo das concepções da infância teve análises de fatores heterogêneos que as geram, sob a forma de imagens sociais da infância é indispensável a reflexão de um olhar não ofuscado “pela luz que emana das concepções implícitas e tácitas sobre a infância” (SARMENTO, 2007, p. 29).

As concepções de infância existentes na época da Modernidade Ocidental foram modificadas, por conta do capitalismo e pela criação da escola pública e, em meados do século XVII e XVIII essas mudanças aconteciam profundamente na sociedade em que:

Constitui o período histórico em que a moderna ideia da infância se cristaliza definitivamente, assumindo um caráter distintivo e constituindo-se como referenciadora de um grupo humano que não se caracteriza pela imperfeição, incompletude ou miniaturização do adulto, mas por uma fase própria do desenvolvimento humano. (SARMENTO, 2007, p. 28).

Com isso ocorreu, então, a distinção da criança do adulto e o destaque da importância da infância para o desenvolvimento do homem em suas necessidades em seu período histórico de infância.

Diversas imagens sociais da infância foram vistas ao longo da evolução da humanidade, como a da criança imanente que é a ideia do desenvolvimento da criança numa possibilidade de aquisição da razão e da experiência relativo a teoria de John Locke.

Sarmiento (2007) destaca que, segundo a concepção Lockiana, a criança ‘é uma tábua rasa’, podendo ser moldada e submetida na infância dar uma atenção às disposições e motivações infantis, nesse sentido às concepções de desenvolvimentos só vão florescer séculos mais tarde.

Já a concepção Piagetiana, o estabelecimento da ligação cotidiana dos adultos com as crianças sofre um processo de maturação desenvolvido por estádios, por meio de apontamentos oriundos da Psicologia do Desenvolvimento e que, segundo Sarmiento (2007, p.32):

A psicologia do desenvolvimento não é apenas responsável pela constituição de uma reflexividade institucional sobre a infância, mas também pela proposta de uma norma de constituição do conhecimento científico sobre as crianças através do recurso de medição do desenvolvimento natural da criança.

A infância não é a idade em que a criança ainda não fala, a criança tem a sua linguagem e a forma de se comunicar que são diversas, gestuais, corporais, verbais, desde bebês.

A partir do início do século XX, histórias de lutas, avanços, recuos, movimento cívicos em relação a diversos contextos sociais e históricos, a infância também esteve em fase de restrição de direitos políticos na modernidade ocidental em que, “[...] ao longo dos séculos XIX e XX, multiplicam-se as propostas e as ações dirigidas às crianças, na legislação, nas políticas públicas, na educação e na saúde, no mercado, etc.” (KUHLMANN, 2004, p. 18).

Por conta do processo industrial observa-se uma preocupação em relação à infância pobre e a educação, com isso as iniciativas institucionais construíram um volume significativo de fontes que favoreceram grandes quantidades de pesquisa que vem sendo realizadas sobre a história da assistência à criança pobre.

## 1.1 RELAÇÃO: INFÂNCIA E EDUCAÇÃO

Todo ser humano, desde a infância, está em um processo constante de desenvolvimento, numa relação de continuidade em que a educação é fundamental. Segundo Veiga (2010, p. 21) “durante um bom tempo, a história da educação se fez sem problematizar um dos seus principais sujeitos: a criança”.

A presença da criança na escrita da história da educação já é desenvolvida, porém, segundo a autora devem ser ampliadas no sentido de refletir a importância do desenvolvimento da educação escolar. É importante ressaltar a problematização das dinâmicas relacionais das gerações, considerando a produção da identidade dessas gerações como gênero, classe social e etnia.

Com isso, refere-se à necessidade da compreensão da sociedade adulta em perceber a criança como um outro distinto, com o intuito de pensar na forma de trato com as crianças em relação a superação e o aparecimento de sensibilidades múltiplas.

Segundo Kramer (1999), as creches e pré-escolas são modalidades de educação infantil, em que o trabalho deve ser realizado no seu interior com caráter educativo para proporcionar a assistência, alimentação, saúde e segurança para as crianças possibilitando as condições materiais e humanas que tragam os benefícios sociais e culturais.

As crianças de zero a seis anos, pequenas, necessitam de compreensão em relação as suas necessidades, cabendo ao professor:

[...] saber verdadeiramente quem são saber um pouco da história de cada uma, conhecer a família, as características de sua faixa etária e a fase de desenvolvimento em que se encontra, além de considerar o tempo que permanecem na escola. Só assim podem-se compreender quais são as reais possibilidades dessas crianças lembrando que, para elas, a classe inicial é a porta de entrada para uma vida social mais ampla, longe do ambiente familiar. (FOREST, WEISS, 2003, p.1).

Com o passar dos tempos foi-se mudando a concepção do espaço da educação infantil destinado à criança que sempre foi de suma importância para o seu desenvolvimento infantil, cultural e social, pois, possibilita à criança a interação com o meio, contribuindo para com o seu processo de autonomia acontecendo de maneira natural o seu desenvolvimento infantil.

A criança é considerada sujeito social e histórico como todo ser humano. Desde o seu nascimento começa o seu processo de seu desenvolvimento cognitivo, por meio das relações sociais, afetivas e culturais, contribuindo para a construção da sua identidade e conhecendo tudo que a cerca por meio de sua leitura de mundo em relação ao meio em que está inserida.

Segundo Jean Piaget (1976) surge os efeitos da educação sobre o funcionamento afetivo, os sentimentos, as atitudes e os valores do estudante para consigo mesmo e para com suas relações com os outros. Muitos educadores sustentam que as escolas devem permanecer neutras em relação às questões afetivas e de valor.

A educação segundo esse estudioso é em suma, uma experiência maior do que estudar e aprender, “os estudantes não aprendem apenas fatos, habilidades e conceitos, mas também regras de filiação numa instituição social” (PIAGET, 1976, p. 210). Portanto, se tratando da educação,

Por mais de mil horas por ano, são instados a seguir rotinas e processos, a se entenderem uns com os outros e a respeitar a autoridade adulta. Todos os dias, seus atos são elogiados e criticados, seus movimentos são dirigidos e seus valores e crenças são modelados. (PIAGET, 1976, p.210 *apud* SILBERMAN 1971, p. 1).

É possível, entretanto, criar estratégias para aguçar as habilidades, os valores em meio social para que a criança conviva sem conflitos em seu cotidiano.

## Metodologia

No presente trabalho foi abordado um estudo bibliográfico referente ao conceito de Infância e educação infantil dirigindo-se para a realidade concreta da instituição que será

pesquisada, posteriormente, considerando o seu contexto histórico, o seu processo de organização e de desenvolvimento.

Esse estudo trata de conteúdos relacionados à concepção de infância, de educação infantil e de cuidar e educar nessa etapa de ensino, para que contribuam com as análises da pesquisa de campo que será realizada, a partir da visão dos professores acerca dos processos de cuidar e educar, com vista a uma maior compreensão desses processos na prática docente cotidiana.

Esse estudo será enriquecidos, posteriormente, pela análise de documentos referentes às orientações, às propostas legais, à proposta pedagógica do CMEI e planos de ensino dos professores, participantes da pesquisa empírica realizada por meio do Estudo de Caso Único que tem a finalidade de:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamento e experimentos. (Gil, 2012, p. 58).

Desse modo, os dados serão analisados, a partir de relatos abrangendo as informações coletadas durante as observação e aplicação dos questionários referente ao estudo bibliográfico para a associação dos dados coletados com as propostas teóricas em relação à realidade cotidiana da instituição de Educação Infantil.

## **Resultados e Discussões**

Tendo como referência os temas abordados nesse estudo é possível destacar o quanto o processo histórico da educação infantil está a exigir que todos os envolvidos da área, independentemente de suas funções assumam a tarefa de cooperar para a construção de uma educação infantil que valorizem e respeitem os direitos fundamentais das pequenas crianças em seus aspectos culturais e sociais.

Deve-se, pois, conceber uma aprendizagem significativa e autônoma, baseando-se em alguma teoria que mais se encaixa com a realidade da instituição, pois, deve-se enxergar a criança como sujeito de sua própria aprendizagem, ou seja, o mesmo quem vai criar, imaginar, pensar dentro do contexto de sua realidade

## Conclusão

O processo de aparecimento da criança na sociedade e o seu direito à infância, se deu por meio de acontecimentos históricos em relação às pessoas que necessitavam de um espaço destinado a seus filhos enquanto trabalhavam, por conta do processo industrial em que houve uma preocupação em relação a infância pobre e a educação.

Nesse sentido, percebeu-se, durante o estudo que a educação um processo de desenvolvimento cotidiano em que todos os dias devem-se trabalhar com a crianças medidas em relação o respeito, valores, conceitos que são atribuídos por elas mesmas no ambiente escolar de positivo e negativo, podendo elogiar, criticar quando necessário intervir em situações propícias ao aprendizado infantil.

## Referências

FOREST, Nilza Aparecida; WEISS, Silvio Luiz Indrusiak. Cuidar e Educar: Perspectivas para a prática pedagógica na educação infantil. In: **Revista 3: ago-dez/2003 - Instituto Catarinense de Pós-Graduação (ICPG)**, 2003, p. .3-7. Disponível em: <http://www.posuniassselvi.com.br/artigos/rev03-07.pdf>. Acessado: 04.abril.2017;

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1999 e 2012.

HEYWOOD, Colin. **As transformações nas concepções de infância**. IN: HEYWOOD, C Uma história da Infância. Porto Alegre: Atmed, 2004. P 23 – 59. (parte 1).

KUHLMANN JR, Moysés e FERNANDES, Rogério. **Sobre a história da infância**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). A Infância e sua educação: materiais, práticas e representações. Bola Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-34.

KRAMER, Sônia. **As Crianças de 0 A 6 Anos nas Políticas Educacionais no Brasil: Educação Infantil e Fundamental**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

KRAMER, Sônia. **O papel social da educação infantil**. Professora do Departamento de Educação da PUC-Rio, onde coordena o Curso de Especialização em Educação Infantil.

Enviado a convite para a Revista Textos do Brasil, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Visibilidade social e educação da infância.** In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de e SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância (in)visível. Araraquara: Junqueira e Marin, 2007.

PIAGET, Jean. **A Equilibração das Estruturas Cognitivas. Problema central do desenvolvimento.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VEIGA, Cynthia Greive. **As crianças na história da educação.** In: SOUZA, Gizele de (org.) Educar na Infância: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010. P. 21-40.